

Aprovada na 803ª sessão

ALADI/CR/Ata 801
22 de maio de 2002
Hora: 10h às 11h 45m

ATA DA 801ª SESSÃO, ORDINÁRIA,
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

Homenagem póstuma ao Senhor Hugo Banzer Suárez, ex-Presidente da República da Bolívia.

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 797ª, 798ª, 799ª e 800ª sessões.
4. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento.
5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Seguimento do Programa de Apoio aos PMDERs.
 - Termos de referência (Resolução 56 (XII)) (ALADI/SEC/dt 448).
6. Convocação e Agenda da VII Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento da Informações Estatísticas de Comércio Exterior (ALADI/SEC/Proposta 240).

7. Convocação e Agenda da Segunda Reunião do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros da ALADI (ALADI/SEC/ Proposta 241).

8. Assuntos diversos.

- Comentários do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Participação do Setor Empresarial.

Preside:

RODRIGO ARCAYA SMITH

Assistem: Carlos Onis Vigil, Ricardo Harstein, Rubén Javier Ruffi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Willy Vargas Vacaflor e María Elena García de Baccino (Bolívia), Bernardo Pericás Neto, Afonso José Sena Cardoso, Otávio Brandelli e María Elisa Rabello Maia (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tasseti Quezada, María Antonieta Jara e Axel Cabrera (Chile), Arturo Sarabia Better e Guillermo Serna Meléndez (Colômbia), José Felipe Chaple Hernández (Cuba), Juan Carlos Faidutti Estrada, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Jesús Puente Leyva, Luz María de la Mora Sánchez e Arturo Juárez Juárez (México), José María Casal e Teresa Aurora Narvaja (Paraguai), Carlos Vallejo Martell e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Elbio Rosselli, José Roberto Muineló e Mariella Crosta (Uruguai), Rodrigo Arcaya Smith, Carlos Longa González e Magdalena Simone (Venezuela) e Igor Romanchenko (Rússia)

Secretário-Geral a.i.: Leonardo F. Mejía.

Secretária-Geral Adjunta: María Teresa Freddolino.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão do Comitê de Representantes.

Homenagem póstuma ao Senhor Hugo Banzer Suárez, ex-Presidente da República da Bolívia.

Antes de começarmos com os pontos da ordem do dia gostaríamos de fazer uma homenagem póstuma ao Senhor Hugo Banzer Suárez, ex-Presidente da Bolívia.

O ato, muito simples, consistiria em algumas palavras da Presidência e na aprovação de um projeto de resolução, que inclui um minuto de silêncio.

A vida de Banzer tem se caracterizado por uma transformação dramática em sua atividade política e por grandes desgraças no âmbito familiar. Seus dois filhos morreram jovens, em acidentes, sobrevivendo apenas três filhas do matrimônio com Yolanda Prada.

Após a difícil época de ditadura militar sul-americana, já em 1979, criou o Partido Ação Democrática Nacionalista e tornou-se seu Chefe Nacional. Nas eleições daquele ano obtém 12,9 por cento dos votos, ficando no terceiro lugar, depois de Hernán Siles Suazo e Víctor Paz Estensoro.

Foi o candidato mais votado nas eleições de 1985, com 28,5 por cento dos sufrágios. Uma coalizão de toda a oposição impediu sua eleição no Congresso, por meio de uma controvertida decisão. Apesar disso, naquele mesmo ano assinou com Víctor Paz Estensoro o Ato da Democracia, inaugurando, assim, um sistema político e um modelo econômico que permitiu à Bolívia sair da difícil situação econômica e política daquela época.

Em 1989, por escassos votos não obteve o primeiro lugar nas eleições em que o Congresso resolveu em favor de Jaime Paz Estensoro, encarnizado rival político do General. No entanto, na primeira fase do Governo de Paz Zamora a ADN de Banzer ocupou um alto número de postos ministeriais, entre os quais estavam o de Defesa, o de Finanças e o de Assuntos Exteriores.

Mais uma vez é visível a alta capacidade conciliadora de Banzer dentro dos novos rumos de sua vida desde 1979, sua importante gravitação política na Bolívia democrática.

Após cinco tentativas sem sucesso, conseguiu se impor em 1997, convocando oito organizações para compartilhar as responsabilidades do governo; esta mega-coalição denominou-se Compromisso com a Bolívia.

O período Presidencial do General Banzer durou até agosto do ano passado. O General Banzer é hoje o primeiro e único antigo ditador militar que voltou ao poder como civil pela via democrática do voto.

Em sua controversa vida há uma anedota que mostra o significado de Banzer na Bolívia democrática de hoje, e é que durante a cerimônia de homenagem realizada nos dias 6 e 7 de agosto do ano passado na Bolívia, quando o General entregou a Presidência ao Vice-Presidente Jorge Quiroga, compareceram alguns de seus mais importantes e encarnizados rivais para manifestar publicamente seu reconhecimento, apesar de não terem sido convidados.

Todos reconhecem hoje que a vida de Banzer é um dos elementos de referência na história política contemporânea da República da Bolívia.

Ponho a consideração o projeto de resolução que foi circulado, que leio a seguir.

“O COMITÊ de REPRESENTANTES, perante o falecimento do ex-Presidente Constitucional da República da Bolívia, Hugo Banzer Suárez,

RESOLVE:

PRIMEIRO.- Expressar ao povo e ao Governo da República da Bolívia seu profundo pesar pelo falecimento do General Hugo Banzer Suárez, ex-Presidente Constitucional da República.

SEGUNDO.- Fazer um minuto de silêncio em homenagem à sua memória.

TERCEIRO.- Levar ao conhecimento da família do General Hugo Banzer Suárez a presente resolução.”

Fica assim à consideração dos Senhores Representantes.

Aprovado por unanimidade. Em seguida, e conforme a resolução adotada, gostaríamos de guardar um minuto de silêncio.

- A Sala fica em pé e guarda um minuto de silêncio.

Agradeço à Secretaria e à Representação da Bolívia os esforços para pôr em conhecimento da família do General Hugo Banzer Suárez a presente resolução, que fica registrada com o número 273.

Ofereço a palavra ao Senhor Representante Permanente da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Senhor Presidente, com profunda emoção quero expressar o agradecimento do Governo da Bolívia a este Comitê e em particular aos dignos Embaixadores que representam doze países de nossa América Latina.

O General Banzer destacou-se, especialmente, porque pôs ao serviço da causa latino-americana uma contribuição que afirmou a construção de um modelo econômico de livre empresa, transformando assim o país mais estatizado até 15 anos atrás. Isto foi possível porque também combateu firmemente o fenômeno do narcotráfico, eliminando o cultivo da coca, ilegal no país. Dessa forma afirmou e caracterizou seu governo, construindo, de forma significativa, um sistema político democrático de governo.

A historia julgará, Senhor Presidente, as luzes e sombras dos estadistas que agem com responsabilidade em suas vidas, dependendo das circunstâncias nas que se desempenham. Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Representantes.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

1. Aprovação da Ordem do Dia.

Passamos à ordem do dia, que contém oito pontos, que já foram levados ao conhecimento das Representações. Submeto-o, portanto, a consideração. Não havendo comentários, fica aprovada.

Passamos ao ponto seguinte:

2. Assuntos em Pauta.

Ofereço a palavra à Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Muito obrigado, Senhor Presidente. Há um documento nas pastas dos Senhores Representantes, que faz parte da presente ata, no qual se mencionam as notas e documentos aos que corresponde dar entrada na presente sessão.

“1. Representação Permanente da Venezuela. Nota N° A 087/02, de 13.V.2002

Informa que conclui a Missão do Senhor Embaixador Rodrigo Arcaya Smith como Representante Permanente da República Bolivariana da Venezuela; sua partida será na primeira quinzena do mês de junho.

2. Representação Permanente de Cuba. Nota Nº 19/02, de 30/04/2002.

Informa que o Governo da República de Cuba designou o Sr. José Felipe Chaple Hernández para Representante Alternativo de Cuba junto à Associação Latino-Americana de Integração.

3. Representação Permanente de Cuba. Nota Nº 23/02, de 02/05/2002.

Comunica que o Sr. José Felipe Chaple Hernández, em seu caráter de Representante Alternativo, encarregar-se-á da Representação, como Encarregado de Negócios a.i., até a chegada do novo Representante Permanente.

4. Representação Permanente do México. Nota Nº URU-00947, de 15/05/2002.

Comunica a designação do Segundo Secretário Manuel Medina para Assessor da Representação e a cessação de funções do Segundo Secretário Armando Esparza.

5. Representação Permanente de Cuba. Nota Nº 20/02, de 30/04/2002.

Comunica que designou Assessores da Representação Permanente os Senhores Mario Ruíz Duarte, Rigoberto Arias Escalona e Carola Núñez Villavicencio.

6. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 069, de 8/04/2002.

Envia cópia do decreto que põe em vigor o Vigésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35, assinado pelos Estados Parte do MERCOSUL com o Chile.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1396.

7. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 074, de 10/04/2002.

Envia cópia do decreto que põe em vigor o Quinquagésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2, assinado entre o Brasil e o Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1398.

8. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 078, de 12/04/2002.

Envia cópia do decreto que põe em vigor o Trigesimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 18, assinado entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1399.

9. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 082, de 15/04/2002.

Envia cópia do decreto que põe em vigor o Décimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 36 (MERCOSUL-Bolívia), assinado pelo Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1400.

10. Delegação Permanente do Brasil. Nota Nº 102, de 14/05/2002.

Envia cópia do decreto que põe em vigor os Quadragésimo Sexto e Quadragésimo Sétimo Protocolos Adicionais ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2, assinado pelo Brasil e pelo Uruguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1407.

11. Representação Permanente do México. Nota Nº 75/02, de 17/04/2002.

Envia cópia do decreto que põe em vigor o Décimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação Nº 38, subscrito entre os Estados Unidos Mexicanos e a República do Paraguai.

A nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 1401.

12. Contribuições recebidas para o orçamento da Associação:

Bolívia: Pagou, através de transferência bancária, o montante de US\$ 144.247,00 correspondente a: pagamento contribuição exercício 2002, US\$ 72.579,00; para saldar contribuição exercício 1991, US\$ 11.439,54; para saldar contribuição exercício 1992, US\$ 55.141,00; pago a conta de contribuição exercício 1993, US\$ 5.087,46.

13. Relatório Mensal sobre o comportamento das Despesas Orçamentárias. Janeiro - Março 2002 (ALADI/SEC/di 1632).

14. Relatório sobre a Situação Orçamentária e Financeira da Associação até 31 de março de 2002 (ALADI/SEC/di 1633).

15. Relatório sobre o Estado de Execução Orçamentária dos Sub-Itens indicados no Artigo 4, letra e) das Normas da Resolução 267 do Comitê de Representantes (ALADI/SEC/di 1634).

16. Relatório Mensal sobre o Comportamento das Despesas Orçamentárias. Janeiro - Abril 2002 (ALADI/SEC/di 1640).

17. Relatório sobre a Situação Financeira da Associação Latino-Americana de Integração até 30 de abril de 2002 (ALADI/SEC/di 1641).

18. Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Associação de Exportadores do Peru (ADEX) (ALADI/SEC/di 1635).

19. Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Centro Latino-Americano de Economia Humana (CLAEH) (ALADI/SEC/di 1639).

20. Relatório da Segunda Oficina de Peritos para o design da Versão Única em Idioma Espanhol das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (VUENESH) (ALADI/SEC/di 1646).

21. Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Sociedade Internacional para o Desenvolvimento - Capítulo Uruguaí (ALADI/SEC/di 1649).

22. Acordo de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a Câmara Autotransporte Terrestre Internacional do Uruguaí (CATIDU) (ALADI/SEC/di 1650).

23. Acordo Específico de Cooperação entre a Secretaria-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (ALADI/SEC/di 1651).

24. Relatório sobre a incorporação por parte dos países-membros da 3a. Recomendação de Emenda do Sistema Harmonizado (ALADI/SEC/di 1653).

25. Regimes de Solução de Controvérsias. Principais mecanismos e disposições vigentes na região (ALADI/SEC/di 865/Rev.2).

26. Elementos para a formulação de uma política de difusão para a ALADI (ALADI/SEC/dt 447).

27. Identificação de fatores endógenos e exógenos que incidem na participação dos PMDERs no comércio intra-regional. Termos de Referência (ALADI/SEC/dt 448).

28. Relatório da Quadragésima Segunda Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CAFM/XLII/Relatório).

29. Projeto de Orçamento da Associação para o ano 2003 (ALADI/SEC/Proposta 239).

30. Convocação e Agenda da VII Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento de Informações Estatísticas de Comércio Exterior (ALADI/SEC/Proposta 240).

31. Convocação da Segunda Reunião do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros da ALADI (ALADI/SEC/Proposta 241).

32. Termos de Referência. Segundo Seminário-Oficina de Peritos Governamentais sobre Incidências da ALCA no Processo de Integração da ALADI. (ALADI/SEC/ Memorando 178).

33. Convites recebidos:

Embaixada do Equador no Uruguaí. Nota 17/ALADI/2002, de 15.V.2002. Transcreve a comunicação do Senhor Ministro das Relações Exteriores do Equador, Doutor Heinz Moeller, para que o Senhor Secretário-Geral assista à II Reunião de Cúpula de Presidentes da América do Sul, que se realizará na cidade de Guaiaquil nos dias 26 e 27 de julho de 2002, por ocasião do Centésimo Octogésimo Aniversário do Encontro dos Libertadores Simón Bolívar e José de San Martín.”

Vale destacar a nota da Representação Permanente da Venezuela, que comunica a cessação de funções do Senhor Embaixador Rodrigo Arcaya Smith; já foi coordenado com o Senhor Embaixador Arcaya que a sessão extraordinária de despedida será na próxima quarta-feira, dia 29 de maio, ao meio-dia.

Notas da Representação Permanente de Cuba, comunicando a designação do Senhor José Felipe Chaple Hernández para Representante Alternativo, bem como para Encarregado de Negócios a.i. Em nome da Secretaria-Geral reiteramos ao Senhor José Felipe Chaple nossos parabéns por sua designação e nossos votos de êxito em sua gestão.

A Representação de Cuba comunicou também a designação dos Senhores Mario Ruiz, Rigoberto Arias e da Senhora Carla Núñez para Assessores da Representação. Cumprimos-lhes em nome da Secretaria e damos-lhes as boas-vindas.

Nota da Representação do México comunicando a designação do Segundo Secretário Manuel Medina e a cessação de funções do Segundo Secretário Armando Esparza. Damos as boas-vindas ao Senhor Medina e desejamos muito sucesso ao Senhor Esparza em suas novas funções.

Da Representação da Bolívia recebemos um cheque pelo montante de US\$ 144.247,00, correspondente ao pagamento da contribuição para o exercício 2002, para saldar os exercícios 1991, 1992 e pagamento a conta do exercício 1993. Agradecemos ao Governo da Bolívia tão importante contribuição para as finanças da Associação.

Corresponde também informar que a Secretaria-Geral subscreveu Acordos de Cooperação com a Associação de Exportadores do Peru (ADEX), com o Centro Latino-Americano de Economia Humana (CLAEH), com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com a Câmara de Transporte Terrestre do Uruguai (CATIDU) e com a Sociedade Internacional para o Desenvolvimento (SID) – Capítulo Uruguai. Os convênios foram publicados como documentos ALADI/SEC/di 1635, 1639, 1651, 1650 e 1649.

O Senhor Secretário-Geral subscreveu, na cidade de Lima, um acordo com o PLACIEX, que será oportunamente publicado pela Secretaria-Geral.

Também vale indicar que, conforme previsto no Orçamento por Programas da Associação para o ano 2002, a Secretaria preparou o documento ALADI/SEC/dt 447 "Elementos para a formulação de uma política de difusão para a ALADI".

Finalmente, o Senhor Ministro das Relações Exteriores do Equador enviou um convite ao Senhor Secretário-Geral para que assista à Segunda Reunião de Cúpula de Presidentes da América do Sul, nos dias 26 e 27 de junho (sic) de 2002, na cidade de Guayaquil, por ocasião do Centésimo Octogésimo Aniversário do Encontro dos Libertadores Simón Bolívar e José de San Martín. É tudo, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço à Secretaria. Passamos ao terceiro ponto da ordem do dia.

3. Consideração das atas correspondentes às 797a., 798a., 799a. e 800a. sessões.

As referidas atas são postas a consideração. Há alguma observação?

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Senhor Presidente. Para darmos por aprovadas as atas, entregaremos umas correções de forma à Secretaria.

PRESIDENTE. Se não houver mais observações, ficam aprovadas as atas das 797^a, 798^a, 799^a e 800^a sessões.

Passamos ao seguinte ponto.

4. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento

Ofereço a palavra ao Senhor Representante Permanente do Brasil, Presidente dessa Comissão.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Senhor Presidente. A Comissão de Orçamento se reuniu no dia 7 de maio de 2002 com o propósito de analisar quatro pontos, que foram:

1. Relatório sobre a execução do orçamento por programas da Associação correspondentes ao ano 2001.

Dentro deste tema foram analisados os documentos ALADI/SEC/di 1604, ALADI/SEC/di 1605, ALADI/SEC/di 1606 e ALADI/SEC/di 1616, que fornecem informações sobre a execução orçamentária, a situação financeira e a execução do orçamento por programas até 31 de dezembro de 2001.

As Representações destacaram a vantagem de trabalhar com orçamentos por programas. Essa metodologia permite um melhor entendimento das atividades desenvolvidas pela Associação. Por outro lado, solicitaram informações adicionais. A Secretaria-Geral respondeu as perguntas e, além do mais, comprometeu-se a complementar na próxima reunião da Comissão os pontos dos documentos que geraram dúvidas.

2. Integração do Fundo de Capital de Trabalho, criado pela Resolução 93 do Comitê de Representantes.

A Comissão de Orçamento tomou conhecimento da situação do Fundo de Capital de Trabalho até 31 de dezembro de 2001, através do documento ALADI/SEC/di 1614; até 31 de dezembro de 2001 o saldo da conta do Fundo de Capital de Trabalho era de US\$ 1.693.033,14.

3. Relatório sobre os trabalhos de restauração do Edifício Sede

A Secretaria-Geral apresentou o documento ALADI/SEC/di 1612, onde são detalhadas as despesas já feitas e/ou comprometidas para os trabalhos de restauração do Edifício Sede, com data 31 de dezembro de 2001; o total de despesas foi de US\$ 186.247,23. A Comissão tomou nota do documento.

4. Relatório sobre a execução do Orçamento por Programas da Associação correspondente ao período janeiro-março de 2002.

A Comissão de Orçamento tomou nota das informações a respeito da situação financeira e orçamentária da Associação, através dos documentos ALADI/SEC/di 1623, ALADI/SEC/di 1624, ALADI/SEC/di 1632, ALADI/SEC/di 1633, ALADI/SEC/di

1634 e ALADI/SEC/di 1638. A Secretaria-Geral recebeu das Representações algumas sugestões sobre a metodologia de apresentação dos dados. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Agradeço ao Senhor Presidente da Comissão de Orçamento. Alguma observação? Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente. Era para agradecer ao Senhor Embaixador do Brasil o relatório que nos entregou a respeito da situação orçamentária, analisada na Comissão de Orçamento.

Eu gostaria de trazer à tona, apenas como informação, para promover o interesse de meus colegas sobre um ponto específico do enfoque orçamentário da Associação, a respeito da rentabilidade dos fundos disponíveis na Associação.

Todos sabemos que as cotas que pagamos os países, com maior ou menor pontualidade, vão gerando, vão produzindo, vão sendo aplicadas em contas correntes e, conforme temos nos informado, em alguns casos, parte deste dinheiro é aplicada em depósitos a prazo. Por outro lado, entendo que a Associação tem a necessidade de contratar alguns créditos com determinado custo financeiro para financiar o capital de trabalho da Associação.

Nós gostaríamos de ter um relatório exato para considerá-lo em uma reunião do Comitê, prévia análise da Comissão de Orçamento, sobre a situação exata do manejo financeiro dos fundos da Associação. Em resumo, quanto dinheiro está aplicado em bilhetes, em depósitos a prazo, caso existam, e caso não existam, a informação a respeito de onde está depositado esse dinheiro e com que taxa de rendimento, se não houver rendimento desse dinheiro (sic). Por outro lado, estamos contratando créditos que têm um custo financeiro. Como conciliar ambas as situações de forma que não exista esse problema; enfim, chegar a uma situação na qual o custo financeiro das operações da Associação seja o mínimo e que, por outra parte, o rendimento do dinheiro disponível seja o máximo possível.

Sim é preciso resolver situações surgidas em algum momento, como por exemplo, se o rendimento dos fundos da Associação tinha de ser adjudicado aos países que têm pago sua cota em um momento e não aos países que estamos ou podemos estar em algum momento atrasados; enfim, essas coisas que vamos ouvindo por parcialidades e às vezes temos notícias informais a respeito dessas coisas. Eu considero que é preciso falarmos com sinceridade ao fazermos uma análise a fundo, trazê-lo ao Comitê e tomar uma decisão.

Isso, sem vulnerar as competências que obviamente possa ter a Secretaria, quanto ao uso dos Fundos da Associação, sem vulnerar as competências do Comitê mas, em definitivo, ter clareza a respeito de como este tema vai continuar a ser tratado daqui em diante, porque o que pode acontecer é que entremos no século XXI trabalhando com um sistema de custos e rendimentos financeiros totalmente fora do mercado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Representante do Chile. Ofereço a palavra ao México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, provavelmente o assunto que mencionarei tenha sido discutido em mais de uma

ocasião. Sinto-me obrigado a fazer uma reflexão mínima sobre o montante da dívida da Associação que já ultrapassa o próprio orçamento anual e que praticamente equivale, em termos similares, ao que os países-membros estão lhe devendo, em termos do crédito que teve de gerir e obter a Associação para suas operações.

Sabemos que este é o pior momento para falar do assunto porque todos os países estão passando por uma situação difícil, e alguns em piores condições que outros para enfrentar a conjuntura atual, mas acredito que é muito conveniente que em algum momento e de alguma maneira tomemos alguma decisão a este respeito. Não apenas contar com a evidência de que o problema existe e quantificá-lo, mas o fato de que, inclusive em alguns casos os juros atribuídos ou imputáveis a algum país ultrapassam sua dívida correspondente a cotas.

Portanto, considero que seria muito importante que a Secretaria solicitasse informação, através de nossos países, sobre a disponibilidade existente para resolver este problema ou que a Secretaria conseguisse alguma fórmula na qual fosse previsível alguma forma de atualizar o problema e encaminhá-lo, não para uma solução definitiva, mas pelo menos para aliviar um pouco a situação, determinando algum compromisso em tempo e em alguns montantes, mesmo que muito discretos, para que fôssemos encontrando soluções.

Não sei se em alguma das reuniões a Secretaria fez alguma reflexão sobre isso, como um prólogo para avançar para uma proposta mais formal, mas eu não gostaria de ficar sem mencioná-lo porque, no fim das contas, sou novo nesta Mesa, mas sim gostaria de saber como tem sido discutido este assunto até agora, como tem sido formulado, com quais perspectivas de manejo, nem estou falando de solução, mas de manejo para que não seja um peso morto nas costas da Associação ou para que o seja se for ineludível, mas que possa se tornar mais leve através do tempo. Obrigado, Senhor Presidente.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Em primeiro lugar, para manifestar que vamos preparar o relatório solicitado pela Representação do Chile e que parabenizamos a intervenção da Representação do México. Vamos preparar um relatório dando sugestões sobre sua preocupação, bem como lembrando o que aqui foi manifestado para resolver o problema que o senhor propôs.

PRESIDENTE. Obrigado. A Secretaria se comprometeu a elaborar dois relatórios.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Acredito que esse relatório terá de passar primeiro pela Comissão de Orçamento.

PRESIDENTE. De acordo. Não havendo outro assunto a tratar neste ponto, passamos ao seguinte.

5. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Seguimento do Programa de Apoio aos PMDERs.

- Termos de referência (Resolução 56 (XII)) (ALADI/SEC/dt 448).

O relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Seguimento do Programa de Apoio aos PMDERs está a cargo do Embaixador do Chile, a quem oferecemos a palavra.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Presidente.

Corresponde submeter à consideração deste Comitê os termos de referência do estudo encomendado pelo Conselho de Ministros ao Comitê de Representantes para identificar os fatores endógenos e exógenos que incidem na participação dos PMDERs no comércio intra-regional, a ser considerado posteriormente por este Comitê e na próxima reunião do Conselho de Ministros.

Estes termos de referência foram elaborados a partir de um projeto dos próprios países compreendidos nesta condição, o que foi conhecido posteriormente pelo Grupo de Trabalho de Apoio e aprovado para ser submetido à consideração do Comitê.

Os senhores receberam o texto antecipadamente; portanto, não vou me referir em detalhe ao mesmo; apenas gostaria de destacar que, neste caso, os países no grupo de trabalho concordamos em enfatizar uma modalidade de trabalho para este estudo que dá um papel central à Secretaria da ALADI, através do concurso de peritos consultores. Tal como aqui é explicado, seriam os responsáveis pela elaboração, seguimento e posterior apresentação deste estudo ao Comitê.

Assim, Presidente, ficam apresentados os termos de referência que, ao serem analisados por meus colegas e, eventualmente, aprovados, passariam a fazer parte do âmbito no qual a Secretaria terá de encarregar os trabalhos correspondentes. Eu gostaria de mostrar, também, que, uma vez aprovados esses termos de referência, terão de ser incluídos no orçamento. Em outras palavras, será preciso destinar-lhes as verbas orçamentárias que corresponder, conforme acordado na passada reunião do Conselho de Ministros.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Submetemos o documento a consideração.

Ofereço a palavra à Representação de Cuba.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). A Representação de Cuba volta a manifestar seu beneplácito pelos trabalhos do Grupo de Seguimento do Programa de Apoio aos PMDERs e parabeniza a Secretaria pelo documento que apresentou, pois, em definitivo, o grupo alcançou um alto nível de consenso em relação ao texto dos termos de referência.

A Representação de Cuba gostaria de que lhe permitissem propor uma pequena mudança no texto dos termos de referência, no ponto 2.1, os fatores endógenos. No primeiro parágrafo dos fatores endógenos menciona-se “acesso a tecnologias”; consideramos que seria conveniente, ao se tratar de um fator endógeno, mencionar no texto que se trata de “desenvolvimento de tecnologias”.

Em segundo lugar, no ponto 2.2, primeiro parágrafo, propomos acrescentar, também, o tema ligado ao anterior, não sobre desenvolvimento, mas de acesso a tecnologias e o financiamento para o desenvolvimento. Neste teor, vou ler um texto de proposta e, depois, submetê-lo à consideração da Sala.

Seria para o primeiro parágrafo, e é o seguinte: “O comportamento da economia internacional, das políticas comerciais dos países desenvolvidos, dos aspectos

relacionados com a transferência de tecnologia, financiamento ao desenvolvimento e sua repercussão na economia e no comércio exterior dos PMDERs”.

Acreditamos que acesso a tecnologia e financiamento ao desenvolvimento são dois temas importantes, que começaram a ser tratados e negociados, ou serão negociados, no âmbito da OMC e consideramos essencial que sejam considerados como fatores exógenos que influem no que se refere a nossos países no comércio intra-regional. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra o México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, para apoiar a proposta que acaba de ser feita nos termos que finalmente sejam aceitáveis. Obviamente, a tecnologia, como fenômeno substantivo, tem a ver com o acesso à tecnologia, que é uma variável ou referência exógena, e a outra variável são o desenvolvimento e adaptação tecnológicos, de caráter endógeno. O senhor Representante de Cuba está muito certo com este esclarecimento.

Eu diria, para não sermos verdadeiramente maniqueístas nos fatores exógenos, no primeiro ponto, que trata do comportamento da economia internacional e das políticas comerciais dos países desenvolvidos, eu considero que isso não exclui os não desenvolvidos, que também fazem sua parte.

Para não ser parcial, eu diria que teríamos de pôr comportamento da economia internacional e das políticas comerciais, destacando os países desenvolvidos, mas não excluindo os outros, que também contam. É tudo o que eu tinha para comentar, Presidente.

PRESIDENTE. Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Senhor Presidente.

Para manifestar nosso acordo com as duas propostas que acabam de ser feitas, agradecer de forma muito especial o apoio que estão nos dando. Ao mesmo tempo, reconhecer aos países a quantidade de contribuições fornecidas por eles no grupo de trabalho. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflor). Presidente, considero que as contribuições feitas agora por Cuba e México reforçam o objetivo do trabalho de elaboração destes termos de referência.

Por parte da Bolívia, não temos nenhum inconveniente, consideramos que é um aperfeiçoamento e abrange da melhor forma o conceito da transferência de tecnologia e financiamento ao desenvolvimento. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra à Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Em princípio, para apoiar tanto o projeto surgido do grupo de trabalho quanto as modificações sugeridas pelas Representações de Cuba e México.

Eu gostaria de fazer uma consulta a respeito do ponto 2.1, na parte que trata do acesso a tecnologias: qual é a terminologia que está sendo proposta pela Representação de Cuba?

Quanto ao ponto 2.2, entendo que seria acrescentada a proposta do México sobre os países desenvolvidos e, depois, Cuba acrescentaria “acesso a tecnologias e financiamento do desenvolvimento”. Assim ficaria o ponto 2.2; agora, a respeito do 2.1, não entendi bem. Depois de “aspectos macroeconômicos” diz “acesso a tecnologias”, em vez dessa frase, o que é que Cuba propõe? Obrigado.

Representação de CUBA (José Felipe Chaple Hernández). Seria “desenvolvimento interno e adaptação de tecnologias”, em vez de “acesso”.

PRESIDENTE. Sim. Desenvolvimento e adaptação era o que a Presidência tinha registrado. Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Concordo com essa modificação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Entendo que há consenso sobre estas reformas apresentadas por Cuba e México. Encomendamos à Secretaria coletar esta informação e temos prontos e aprovados estes termos de referência. Encomendamos à Comissão de Orçamento que avalie os custos para sua aprovação definitiva.

Ofereço a palavra ao Embaixador do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Apenas uma pequena precisão, Senhor Presidente.

Entendo que estes termos de referência ficam aprovados hoje, ou seja, não haverá uma posterior aprovação. Vão à Comissão de Orçamento para que os números sejam postos, e isso é tudo, não volta ao Comitê. É importante para que a Secretaria comece a trabalhar.

PRESIDENTE. Isso mesmo.

6. Convocação e Agenda da VII Reunião Técnica de Escritórios Governamentais Responsáveis pelo Fornecimento das Informações Estatísticas de Comércio Exterior (ALADI/SEC/Proposta 240).

Terminado o quinto ponto, passamos ao sexto.

Ofereço a palavra à Secretaria para que nos informe a respeito do tema.

SECRETARIA (Luiz Gonzaga Coelho Jr.) Muito obrigado, Senhor Presidente.

Em cumprimento do ponto 4 do capítulo VIII da Resolução 267, a Secretaria apresentou esta proposta de convocação com sua respectiva agenda, a fim de que os países possam ratificar ou apresentar datas alternativas para a Reunião de Peritos em Estatísticas de Comércio Exterior e manter atualizadas nossas bases de dados.

A idéia da Secretaria era apenas cumprir com o que foi estabelecido na resolução, fizemos uma proposta para o mês de junho, mas já temos informações de que algumas delegações não poderão assistir na data proposta. Especificamente, a

Representação da Argentina formalizou uma proposta de data alternativa para os dias 10 e 11 de julho, e também recebemos uma nota da Representação de Cuba, manifestando não ter nenhum problema para aceitar a data proposta pela Secretaria-Geral.

Então, o tema está colocado para que as Representações analisem a conveniência de ratificar ou definir uma data alternativa e avaliar se a agenda está de acordo com o que estamos trabalhando. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Secretaria. Quer dizer que não temos data; o Comitê deve decidir se o manteremos em junho ou buscamos outra data, outro mês.

Ofereço a palavra à Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Presidente, se uma Representação não puder, eu considero que não seria conveniente insistir nessa mesma data. Uma alternativa seria dar potestade à Secretaria, que tem bom diálogo com os que teriam de vir aqui, para que, em consulta com os países, defina essa data e a comunique ao Comitê. Obrigado.

PRESIDENTE. Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (José Roberto Muínelo). Obrigado, Senhor Presidente. No mesmo sentido que a Representação do Paraguai, acrescentando que nós não temos nenhum inconveniente, por ser país sede, de deslocamento da Representação, mas de qualquer forma, perante uma proposta de uma Representação, teríamos de considerar essa data. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Senhor Presidente, ainda a respeito do mesmo assunto, minha Representação não tem nenhum problema, estamos vendo as possibilidades de uma boa participação de funcionários mexicanos, assim é que conta com nosso beneplácito.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Bernardo Pericás Neto). Obrigado, Senhor Presidente.

Para expressarmos que também consideramos que o Sistema de Informação da ALADI é um projeto altamente importante para todos nós. Temos toda a intenção de uma participação plena na reunião que se está convocando. Estamos totalmente de acordo com a agenda proposta e, quanto às datas, acompanhamos o que o Paraguai sugeriu, apoiado pelo Uruguai, no sentido de buscarmos uma data mais conveniente, possivelmente no mês de julho. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito bem, tomamos nota do consenso de encarregarmos à Secretaria que busque uma data, sem se afastar muito, porque temos compromissos de trabalho, visando uma boa participação nesta área, que é realmente importante para a Associação.

Se não houver mais comentários a respeito deste ponto, passaremos ao sétimo.

7. Convocação e Agenda da Segunda Reunião do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros da ALADI (ALADI/SEC/Proposta 241).

Ofereço a palavra à Secretaria, Senhor Linero.

SECRETARIA (Néstor Linero). Obrigado, Senhor Presidente. Efetivamente, com base na Resolução 267 e, mais especificamente, no Capítulo V, ponto 21, submetemos à consideração do Comitê a Convocação da Segunda Reunião do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros da ALADI.

No mês de novembro a Secretaria tinha feito uma sondagem de opinião com as Representações para definir uma data concreta sobre a convocação deste Conselho Assessor e tinha se estabelecido para isto os dias 27 e 28 de junho. Houve manifestações escritas de três delegações dos países-membros aceitando essa data. Ontem recebemos uma quarta aceitação de um país-membro. Todavia, a Secretaria considerou oportuno continuar sua sondagem de opinião, através de comunicações telefônicas com os Diretores Nacionais de Alfândega dos países-membros. Neste momento, praticamente teríamos um consenso, a exceção dos países-membros com os que não conseguimos estabelecer uma comunicação telefônica.

Como os senhores observam no projeto de acordo, a agenda provisória consta de três pontos: o primeiro está relacionado com pedidos que o próprio Conselho Assessor estabeleceu, em sua primeira reunião do ano 2000, como elementos de trabalho a serem analisados em uma futura reunião. Os pontos 2 e 3 da agenda se referem a relatórios sobre nomenclatura tarifária, como a incorporação da Terceira Emenda ao Sistema Harmonizado e do grupo de trabalho que está elaborando as Notas Explicativas do que é conhecido como VUENESA, a Versão Única em Espanhol das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado.

Seria importante ressaltar que no ponto 2 do projeto, referente ao Relatório Final do Seminário-Oficina sobre Trânsito Aduaneiro Internacional, que se realizou na sede da Secretaria-Geral, nos dias 21 e 22 de março do corrente ano, a Representação do Peru solicita a ampliação do assunto no sentido de analisar a possibilidade de incluir temas relacionados com Disposições Específicas sobre o transporte multimodal combinado. Quando este Conselho se reunir, para informação dos Senhores Representantes, este tema deverá ser analisado. Ao desenvolver-se a apresentação deste Relatório sobre Trânsito Aduaneiro Internacional perante este Comitê, encomendou-se à Secretaria a convocação de uma oficina, para que continue com a análise do projeto de Acordo sobre Trânsito Aduaneiro Internacional. A Secretaria pretende, nesta oportunidade, comunicar e informar aos senhores Diretores Nacionais de Alfândega a continuação destes trabalhos, a fim de que eles nos determinem uma data e em que momento, durante o segundo semestre do corrente ano, poderíamos convocar a continuação dos trabalhos deste grupo sobre Trânsito Aduaneiro Internacional.

Em essência, Senhor Presidente, a convocação e a data já foram indicadas, dias 27 e 28 de junho, para que o Comitê determine a correspondente convocação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Presidente, eu gostaria de fazer a seguinte pergunta à Secretaria-Geral, através do senhor. Nós temos estado

fazendo esforços para que nos confirmem a assistência de um representante de alto nível; à reunião anterior veio a própria Diretora deste organismo, que na Bolívia é absolutamente importante, porque é uma das entidades descentralizadas do poder político administrativo do país, e sempre participa um funcionário de muito alta significação.

Mas em 30 de junho são as eleições gerais em meu país e temos estado checando a possibilidade de confirmar se no dia 29 ainda há um vôo que permita chegar a Bolívia. Isso é o que pode impedir a presença neste encontro, considerado por nós especialmente importante. Não sei se a Secretaria poderia nos indicar qual outro país tem alguma dificuldade; se esse fosse o caso, eu me uniria para pedir uma prorrogação; caso contrário, faria o maior esforço possível para que pelo menos um funcionário de nível médio pudesse participar. Obrigado.

PRESIDENTE. Transmito a pergunta à Secretaria.

SECRETARIA (Néstor Lineros). Obrigado, Presidente. Informo-lhe, Senhor Embaixador, que um dos quatro países que confirmou as datas foi a Bolívia.

A Bolívia está de acordo com os dias 27 e 28 de junho, recebemos uma nota no início deste ano, no mês de janeiro. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacafior). Presidente, parece um pouco ridículo ou, pelo menos, triste. Peço, por favor, à Secretaria-Geral que leve ao conhecimento da Representação da Bolívia a nota que recebeu. É possível que isto, no futuro, seja motivo de uma conversa, que já tivemos várias vezes com a Secretaria, a respeito de ela não manter correspondência por sua conta e alheia às Representações dos países. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. O Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). A respeito deste ponto, eu gostaria de manifestar que: primeiro, minha Representação solicita formalmente que, no futuro, qualquer comunicação da Secretaria com qualquer autoridade pública de meu país seja feita exclusivamente através da Representação Permanente do Chile junto à ALADI; e, segundo, no caso de que qualquer membro da Secretaria, de qualquer nível, receba alguma comunicação de alguma autoridade pública de meu país, faça o favor de, imediatamente, trasladar cópia dela a minha Representação. Obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Presidente. Nós também acompanhamos esta preocupação. Não é a primeira vez que acontece. Já aconteceu conosco em várias oportunidades e motivou conversas e notas oficiais com a Secretaria-Geral.

Nós entendemos que também não temos que chegar a um ponto de rigidez que impeça os contatos. Consideramos que sempre os trâmites ou gestões têm de ser feitos através das Representações, há casos particulares de reuniões muito técnicas, muito específicas, que a Secretaria tem contatos muito fluídos, que nós, como

Chancelaria, não conseguimos internamente. Então, consideramos que o melhor é uma solução que seja intermédia. Para início de conversa, que todas as gestões sejam realizadas através das Representações e, no caso de algumas reuniões especiais, a Secretaria poderia entrar em contato com pessoas específicas de determinadas repartições para estabelecer uma reunião, que implica quantidade de telefonemas para combinar datas, principalmente porque são muitos países. Mas acredito que esses resultados têm de ser postos imediatamente em conhecimento das Representações.

Muitas vezes acontece que nós mandamos a nota, informamos, o organismo não responde, demora, então é muito difícil coordenar as datas entre doze; quando são reuniões técnicas, por isso, em nosso caso, daria à Secretaria a potestade de, nesses casos, para fixar datas, fazer uma rodada telefônica, mas que, assim que tiver os resultados, informe as Representações para evitar que fiquemos sabendo por outra via a respeito de um acordo ou não com um organismo governamental da Argentina e fiquemos desconcertados.

Em princípio, reitero, tudo deve ser feito através das Representações, e se houver pontos específicos, como é o caso de coordenar datas, trabalho que considero complicado, que o faça a Secretaria, mas que imediatamente informe as Representações, explicando “contatamos x pessoa, de x lugar, que confirmou ou não a possibilidade de participar”. Obrigado.

PRESIDENTE. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Willy Vargas Vacaflo). Presidente, eu não deixo de aprender mais uma coisa cada dia, mas, nesta matéria, considero que a norma do relacionamento deveria ser aquela que rege a conduta, conhecida pelo provérbio "nem tão longe como para você congelar, nem tão perto como para você se queimar".

Eu comecei minha intervenção anterior dizendo que a alfândega, e o digo com orgulho, é um dos organismos técnico-administrativos descentralizados da defesa tradicional de um poder executivo que tinha sob sua dependência a Administração de Alfândegas, importante organismo. Hoje tem um diretório próprio, é uma entidade regida pela lei, independente, inclusive, do Ministério das Finanças.

O que nos preocupa, Presidente, e isto deve ser absolutamente compreendido pela Secretaria, e que não nos agrada, é que um organismo técnico, como a ALADI, onde a Bolívia tem sua Representação Permanente as 24 horas do dia, tenha conhecimento e relação com funcionários de segundo e terceiro nível – que são os que finalmente acabam vindo para as reuniões – quando o Embaixador está fazendo seu máximo esforço para que venha uma representação do mais alto nível, que verdadeiramente possa comprometer políticas em meu país, e considero que essa deveria ser a relação.

Não me oponho ao contato, mas deve ser suficientemente discreto, no nível e nos casos que corresponder. Logicamente é preciso ter o cuidado de nos informar imediatamente sempre que ocorrer qualquer situação, pelo menos como confirmação, porque sempre a Embaixada acaba recebendo a informação, mas não para receber o funcionário no aeroporto.

Devemos ter um grau de relação onde, definitivamente, a Representação seja o único órgão de nexos oficial junto à ALADI. Não podemos permitir credenciamentos

diretos porque, se for assim, cancelaremos as Representações; essa é a questão, o problema básico. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra ao Paraguai.

Representação do PARAGUAI (José María Casal). Obrigado, Presidente. Para sermos breves, gostaríamos de acompanhar a totalidade das manifestações do Embaixador da Argentina. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Evidentemente há um problema, que é realmente burocrático. Fica claro, em primeiro lugar, que toda atividade da Secretaria em matéria de relacionamento com nossos países tem de ser de conhecimento da Representação respectiva, mediante telefonema, nota, deve ser comunicada imediatamente, mesmo não havendo acordo. Temos conversado, isto já foi dito, dizer com quem e qual é o organismo, de forma que estejamos informados. Isso não impede que a Secretaria, para evitar a ineficiência, como disse muito bem a Representação da Argentina, possa fazer gestões, sobretudo para casos específicos, como a coordenação das datas. Se soubermos com clareza quem deve vir, mediante relatórios prévios, a Secretaria, uma vez feitas suas comunicações a respeito de datas, manter-nos-ia informados, não importando o que ela conversasse com este objetivo.

Portanto, havendo uma relação direta entre a Secretaria e os Representantes em matéria da gestão realizada, este problema fica resolvido e o importante, então, é que nos mantenha informados sobre tudo o que estiver relacionado com a convocação deste tipo de reuniões. É importante, evidentemente, que toda correspondência seja feita através das Representações ou, pelo menos, com seu conhecimento.

Ofereço a palavra à Secretaria.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Senhor Presidente.

Para reiterar que a Secretaria é respeitosa dos canais de comunicação, faz todas as comunicações através das distintas Representações e que as respostas aqui referidas se relacionam com uma nota enviada em 2 de novembro do ano passado, a Nota 310, através das Representações Permanentes, pedindo que fossem indicados os representantes para esta reunião.

Anteontem eu pedi ao Senhor Linero que fizesse uma consulta telefônica com o objeto de fornecer aos senhores informação suficiente para manter ou não a data que estamos discutindo e não tivemos tempo suficiente para lhes informar os resultados obtidos ontem.

Reitero, nós fazemos todas as comunicações através das distintas Representações e esperamos sempre as respostas através delas. Em algumas ocasiões como esta, reitero, por necessidade, precisamos fazer contatos telefônicos; lamentavelmente não tivemos tempo ontem para enviar-lhes, por escrito, os resultados da consulta telefônica que mencionei. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Fica claro, então, que é preciso manter as Representações informadas sobre todos os trâmites, mas sem que isto se transforme em um obstáculo burocrático que não permita uma coordenação, como muito bem manifestou a Argentina.

Tem a palavra o Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Presidente, eu considero que o espírito e a equanimidade com que estas coisas são tratadas é digno do máximo respeito e elogio. Procuramos fazer as coisas de forma de não nos queimarmos; estas posturas intermédias, não apenas parecem e resultam muito ponderadas e adequadas, são assim.

Acontece que há matérias nas quais é preciso ser claro e, nesse sentido, eu reitero a petição, pelo menos no que respeita a minha Representação, no sentido de que, de maneira estrita se mantenha o princípio de que toda comunicação com autoridades chilenas seja feita através de nossa Representação. Digo-o porque já ocorreu, e todos sabemos, e a cada um de nós aconteceu alguma vez, que não foi sempre assim, a gente fica sabendo a posteriori de contatos feitos, de decisões tomadas, de pessoas designadas para participar de determinados eventos, quando talvez a Representação tem a possibilidade de influir, como disse o Embaixador da Bolívia, para que essa representação seja de um nível diferente ao que foi resolvido de forma direta entre a Secretaria e determinadas autoridades.

Portanto, a via regular, eu insisto, pelo menos em nosso caso, é essa, a Representação Permanente. Podemos nos comunicar telefonicamente, dez vezes no dia se for necessário, para esclarecer algum ponto; estamos totalmente disponíveis. Mas não se deve passar por cima da Representação Permanente sob pretexto, mesmo com razão, da eficiência e da rapidez. Isso no que respeita a minha Representação; não quero impor esse critério ao resto de meus colegas, mas no que respeita a nós, já o solicitamos formalmente e queremos que seja praticado.

PRESIDENTE. Muito bem, algumas Representações gostariam de obter mais detalhes; não há problema, a Secretaria toma nota. É importante que exista uma boa fluência de informação com todas as Representações, inclusive quando sejam ligações telefônicas. No caso do Chile, a Representação quer que seja feito através dela, outras não, mas sim querem conhecer o resultado para ver qual a medida a tomar.

Por enquanto, manteríamos as datas 27 e 28, e ficamos a espera de uma maior coordenação entre a Secretaria e os Representantes.

A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Considero que a decisão que temos de tomar é convocarmos ou não, aprovarmos ou não; não creio que devamos postergar neste momento. Falta um mês para a reunião; o importante é resolvermos a convocação ou a postergação. Considero que deveríamos convocá-la, aprovando este acordo. Obrigado.

PRESIDENTE. Sim, essa foi a idéia, que o acordo fosse aprovado. Manteríamos a data, que evidentemente pode mudar depois, e manteríamos uma coordenação fluente nesta matéria com os Representantes Permanentes, para ver como avança esta convocação oficial.

Se não me engano, há consenso para a aprovação do acordo; portanto, fica aprovado o Acordo, com o número 243.

“CONVOCAÇÃO DA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO ASSESSOR
DE ASSUNTOS ADUANEIROS DA ALADI”

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA Sua Resolução 238 e o documento ALADI/SEC/Proposta 241,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar a Segunda Reunião do Conselho Assessor de Assuntos Aduaneiros da ALADI para os dias 27 e 28 de junho de 2002, que se realizará na sede da Associação.

SEGUNDO.- Aprovar para essa reunião a seguinte

AGENDA PROVISÓRIA

1. Análise e comentários aos seguintes documentos:

- Atualização do Estudo ALADI/SEC/dt 401/98 e da Resolução 53/86 sobre procedimentos aduaneiros suscetíveis de harmonização em nível regional (ALADI/SEC/dt 431, de 3 de julho de 2001).
- Estudo que permita a visualização, tanto das vantagens como dos custos associados que produziria nos países e na região a aplicação das disposições do Convênio de Kyoto Revisado (ALADI/SEC/dt 433, de 3 de julho de 2001).
- Estudo comparativo entre as disposições emanadas do Convênio de Kyoto Revisado e as vigentes até o presente em cada um dos países- membros, com suas correspondentes recomendações (ALADI/SEC/dt 437, de 31 de agosto de 2001).

2. Projeto de Acordo de Alcance Parcial sobre Trânsito Aduaneiro Internacional: Relatório Final do Seminário-Oficina sobre Trânsito Aduaneiro Internacional, realizado em 21 e 22 de março de 2002.

3. Assuntos diversos:

- Relatório sobre a incorporação, por parte dos países-membros, da Terceira Emenda do Sistema Harmonizado.

- Relatório Final da Oficina de Peritos para o Desenho da Versão Única em espanhol das Notas Explicativas do Sistema Harmonizado (VUENESH), realizado na sede da Associação de 11 a 22 de março de 2002.”

8. Assuntos diversos

Muito bem, Senhores Representantes, passamos aos assuntos diversos. Ofereço a palavra ao México.

Representação do MÉXICO (Jesús Puente Leyva). Muito brevemente, Senhor Presidente, para informar que a Coordenação do Grupo de Trabalho sobre Participação do Setor Empresarial no processo de integração regional, que está sob responsabilidade de minha Representação, tem trabalhado junto e com excelente auxílio da Secretaria-Geral para elaborar um documento que foi discutido em sessões de trabalho muito produtivas.

O documento, titulado “Elementos para a definição de ações tendentes a propiciar uma maior participação do setor empresarial no processo de integração regional”, é um esforço importante para colocarmos, não apenas a temática referente a este ponto, mas também para definir um pouco as prioridades do caso e fazer previsível sua exeqüibilidade em termos do esforço que representa o desenvolvimento dos trabalhos do caso e também dos custos que seria necessário cobrir em alguns casos.

Este documento foi discutido amplamente com a Secretaria, temos já uma versão definitiva, e nos próximos dias será circulada com a convocação da reunião do grupo. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante. Recebemos com beneplácito a notícia de que já está avançando o trabalho de Coordenação do grupo. Esperamos com ansiedade o documento para, então, ver as ações futuras.

Não havendo mais assuntos, encerra-se a sessão. Obrigado.
